

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.641 - GO (2019/0364785-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADORE : BARBARA MARCELLE LUCIA DUARTE GIGONZAC E S**  
**OUTRO(S) - GO024246**  
**MARCELO BORGES PROTO DE OLIVEIRA - GO034353**  
**ARIANA VIEIRA NUNES CAIXETA - GO041371**  
**JOSÉ RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR - GO039827**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DE GOIÁS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

MANDADO DE SEGURANÇA DIREITO LÍQUIDO E CERTO À SAÚDE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DEVER DO ESTADO CARÊNCIA DE AÇÃO POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA OITIVA DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO (NAT-JUS) CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO JULGAMENTO DO TEMA 106 PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA RENOVAÇÃO PERIÓDICA DA PRESCRIÇÃO MÉDICA MULTA DIÁRIA E BLOQUEIO DE VERBAS 1 NÃO HÁ QUE SE FALAR EM INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA TAMPOUCO EM AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA PORQUANTO OS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PETIÇÃO INICIAL DO WRIT MOSTRAM-SE SUFICIENTES PARA A COMPROVAÇÃO DA MOLÉSTIA QUE ACOMETE O PACIENTE DA TERAPIA MEDICAMENTOSA NECESSÁRIA À SUA RECUPERAÇÃO E DA NEGATIVA DO IMPETRADO EM FORNECÊ-LA 2 DESNECESSÁRIA A OITIVA DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO (NAT-JUS) SE JÁ ESCLARECIDOS TODOS OS ELEMENTOS TÉCNICOS RELATIVOS À PRESCRIÇÃO MÉDICA RESSALTANDO-SE QUE ESSA CONSULTA É OPCIONAL 3 NA ESPÉCIE RESTA COMPROVADA A OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS FIXADOS NO JULGAMENTO DOS RECURSOS AFETADOS AO TEMA 106 PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUAIS SEJAM RELATÓRIO MÉDICO CIRCUNSTANCIADO ASSINADO PELO MÉDICO QUE ACOMPANHA O SUBSTITUÍDO HIPOSSUFICIÊNCIA DO PACIENTE E REGISTRO DO FÁRMACO NA ANVISA 4 EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM MANDAMENTAL É CABÍVEL MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA ASSEGURAR A EFICÁCIA DA MEDIDA 5 NOS TERMOS DO ENUNCIADO N 2 DE SAÚDE DO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA É NECESSÁRIA A RENOVAÇÃO PERIÓDICA DO RELATÓRIO MÉDICO NO PRAZO LEGAL OU RAZOÁVEL SOB PENA DE PERDA DE EFICÁCIA DA MEDIDA SEGURANÇA CONCEDIDA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 1º da Lei n. 12.016/2009 e 485, IV, do CPC, sob o fundamento de que o laudo médico particular e em conflito com o parecer do médico público não configura prova pré-constituída para fim de comprovação do direito líquido e certo em sede de mandado de segurança, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

DA VIOLAÇÃO AO ART. 485, IV, DO CPC E ART. 1º DA LEI 12.016/09: LAUDO MÉDICO PARTICULAR, PRODUZIDO SEM O CONTRADITÓRIO, NÃO CONSTITUI PROVA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

Conquanto o acórdão recorrido tenha afirmado que os documentos acostados na movimentação nº 01, que descrevem o estado clínico do paciente e indicam o medicamento, são suficientes para analisar a necessidade ou não do tratamento, na espécie, não há como considerar os documentos juntados pela impetrante como prova pré-constituída, especialmente porque, no presente caso, o Estado apresentou a contraprova técnica, subscrita por médico especialista em oncologia, de que a prescrição médica dos autos foi equivocada (fls. 217).

Destarte, claramente, o acórdão recorrido malferido o art. 485, IV, do CPC e art. 1º da Lei Federal 12.016/09, uma vez que considerou laudo médico particular, emitido sem o contraditório e em conflito o parecer do médico público, como apto a provar o direito líquido e certo do recorrido, ao passo que eventual necessidade do medicamento somente poderia ser comprovada por meio de prova pericial (fls. 218/219).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 8º da Lei n. 8.080/90, no que concerne ao reconhecimento da responsabilidade da União pelo tratamento oncológico, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

VIOLAÇÃO AO ART. 8º, da Lei 8.080/90. DA RESSIGNIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE PELO STF NO (RE) 855178. RESPONSABILIDADE DA UNIÃO PELO TRATAMENTO ONCOLÓGICO.

Na sessão de julgamento do dia 23 de maio de 2019, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 855178, o STF decidiu, em repercussão geral, ressignificar a solidariedade entre os entes federados na prestação de serviços de saúde (fls. 219).

Entendeu-se, portanto, que, conquanto exista a solidariedade entre os entes federados, a autoridade judicial tem o dever de direcionar o cumprimento da obrigação a quem, segundo as regras de repartição de competências legais e administrativas, é responsável pelo fornecimento do medicamento.

Assim, a aplicação irrestrita da solidariedade, como fez o acórdão recorrido, violou o art. 8º, da Lei 8.080/90, segundo o qual as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente, pois ignorou a repartição de competências entre os entes federados, que atribui à União a responsabilidade pelo fornecimento de medicamento oncológico (fls. 220).

O Sistema Único de Saúde é regulamentado pela Lei nº 8.080/90, que trata da forma de gestão do sistema, de modo que a cada ente cabe determinada parcela de competência e diferentes atribuições.

A lei de regência do SUS disciplina as responsabilidades dos entes públicos, sem, em momento algum, referir-se à suposta solidariedade entre os entes públicos. Logo, embora exista obrigação comum dos entes públicos de cuidar da saúde da população, as normas que regulam a Constituição e a Lei do SUS pormenorizam as responsabilidades de cada um dos entes públicos, deixando claro que inexistente a propalada solidariedade (fls. 220).

É preciso reconhecer que o arcabouço normativo vigente estabelece atribuições diversas aos entes da Federação e não necessariamente solidárias, já que a Lei 8.080/90 fixa competências distintas para a União (art. 16), Estados (art. 17) e Municípios (art. 18), a fim de ajustar a atuação de cada ente público aos limites das suas possibilidades e características, observando-se os interesses nacional, regional e local, respectivamente (fls. 220//221).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Pois bem. De início, importante ressaltar que não merece guarida a alegação de carência da ação por inadequação da via eleita, ante a necessidade de dilação probatória e ausência de prova pré-constituída, porquanto os documentos acostados na movimentação nº 01, que descrevem o estado clínico do paciente e indicam o medicamento, são suficientes para analisar a necessidade ou não do tratamento (fls. 159).

In casu, o médico que assiste o substituído, Dr. Jamil José J. da Silva, CRM/GO nº 7.364, recomendou o uso do medicamento reclamado na peça matriz. Além disso, como se vê nos demais documentos, o referido medicamento possui registro na ANVISA e a parte autora comprovou, sem sombra de dúvidas, ser financeiramente hipossuficiente, não possuindo condições de arcar com os custos da aquisição, sobretudo por tratar-se de pensionista do INSS, recebendo reduzido auxílio mensal para seu sustento.

Dessarte, inegável que a ação mandamental em exame veicula provas suficientes a atender os critérios cumulativos fixados no julgamento dos recursos afetados ao Tema 106 pelo Superior Tribunal de Justiça, quais sejam:

“(i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo

SUS;

(ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito;

(iii) existência de registro na ANVISA do medicamento”(fls. 160).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, quanto ao art. 485, IV, do CPC, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF” (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza

# *Superior Tribunal de Justiça*

Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012. .

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, também incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente